

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2023

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, senhor Clodoaldo Briancini, e a (s) empresa (s) SIF - SOLUCOES INTEGRADAS EM TECNOLOGIA E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 33.189.362/0001-21, com sede na R HIPOLITO BRINIAK, representada neste ato, Senhor(a) Leandro Matos Furtado Silveira, inscrito(a) no CPF sob nº ***.279.399-**, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO ATRAVÉS DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC**, conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao (s) beneficiário (s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O valor total global estimado com o presente registro de preços é de R\$ 114.000,00 (Cento e quatorze mil reais).

3.1.1. O (s) preço (s) ofertado (s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1.1. Os preços descritos no termo de adjudicação serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os itens deverão ser entregues de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 - O prazo para execução será de até 10 (dez) dias corridos para o funcionamento das câmeras próprias do município e até 30 (trinta) dias corridos para o funcionamento total do conjunto de hardware e software, com todos os pontos de monitoramento contratados. Este tempo é contado a partir da Solicitação de Fornecimento (SF) ou ordem de serviço, feita, enviada e confirmado o recebimento pela CONTRATADA;

4.2 - Deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e serviços ocultos (hardware e software) que se fazem necessários para a perfeita e completa implantação do SISTEMA de monitoramento tais como: materiais, ferramentas, mão-de obra, insumos e outros, sem quaisquer ônus adicionais ao Município, sendo:

- Postes metálico galvanizado com no mínimo 4" e 5 metros acima do solo. As câmeras OCR devem ser instaladas em altura que possibilite o cumprimento de sua função.
- Caixas para quadro de comando em aço, de uso externo.
- 06 Câmeras de monitoramento OCR, leitura de placas (LCR).
- 49 Câmeras fixas de monitoramento IP (com especificações mínimas: resolução Full HD 1080p (1920H e 1080V), alcance IR/Noturno 50m, ajuste automático de imagem dia/noite (P&B), ângulo de visão horizontal/vertical 95°/50°. Modelo de referência: Câmera Intelbras Varifocal Multi HD VHD 3250 VF G7 Full HD)).
- 01 Câmera speed dome (com especificações mínimas: resolução 2MP, (1920H e 1080V), zoom optico 25x, led infravermelho que permita visão noturna de 100 metros de distância, cobertura 360°, detecção de movimentos {modelo de referência: CÂMERA SPEED DOME IP 1080P DS-2DE4225IW-DE+ZJ - HIKVISION}).
- Licenças de acesso web para o sistema LPR (caso o sistema implantado não seja gratuito ou disponibilizado gratuitamente pelo fabricante do hardware).
- Licenças para sistema operacional e outros softwares necessários ao funcionamento e visualização das imagens (caso o sistema implantado não seja aberto/gratuito/libre ou disponibilizado gratuitamente pelo fabricante).
- Servidor Core I7/16gb/HD 256 SSD com tela de 21" para sistema LPR caso optar por servidor local, ou poderá rodar em nuvem (ambos os casos, deve possibilitar acesso remoto web de no mínimo 4 (quatro navegadores, tais como Google Chrome, Mozilla Firefox, Apple Safari e Opera Software).
- Racks de parede 12U com régua de tomadas e organizador de cabos.
- Nobreak(s) que suportem o sistema por no mínimo 1 (uma) hora, em caso de queda de energia.

- 02 NVD 7132 32 canais e HD com espaço de memória suficiente para gravação de até 15 dias.
- 2 TV 48" ou superior, com 2 portas USB, 2 portas HDMI, Entrada Ethernet, Wi-Fi Integrado.
- Computador mínimo Core I3, HD 256 SSD ou superior, com monitor mínimo de 19 polegadas, para acesso também às TV's de visualização de imagens.
- Réguas com tomadas necessárias e organizadores de cabos.
- Switchs 8 portas (ou mais) para interligação da rede de internet, conforme necessário.
- Pontos de internet 30mb (ou superior) que atendam a todos os locais (com câmeras e a central).
- Demais equipamentos (hardware e software) e mobiliários e pequenos materiais necessários para instalação e funcionamento de todo o sistema da rede de monitoramento, incluindo a central.

4.2.1 - A execução dos serviços pela contratada deverá contemplar a instalação de sistema de vídeo monitoramento público, as câmeras de reconhecimento de placas, as câmeras de monitoramento e a manutenção das 10 câmeras existentes de propriedade do município e ou moradores, bem como a montagem de um sistema de vídeo monitoramento dentro da base da Polícia Militar de Cordilheira Alta com 2 (duas) telas de vídeo monitoramento, 1 servidor com o software de LPT e com o tempo de armazenamento das imagens de no mínimo 15 (quinze) dias. O armazenamento das gravações será guardado na base da polícia militar em NVD;

4.2.2 – A contratada devesse instalar o sistema de visualização e consulta em computadores da Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito, para facilitar e agilizar eventuais consultas e visualizações, caso se façam necessários, bem como possibilitar essas consultas em momentos que a Delegacia de Polícia Militar estiver fechada;

4.2.3 – A contratada é responsável pelos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como substituição de equipamentos com problema ou danificados por desastres naturais, acidentes ou outros, sem custo adicional para o Município;

4.2.4 – A contratada deverá garantir o transporte de dados até a base da Polícia Militar via internet de fibra ótica e manutenção na rede de dados;

4.2.5 - A contratada deverá incluir também a ligação e as taxas de internet e energia elétrica junto às companhias fornecedoras, que deverão ser contratadas pelo vencedor da licitação, sem ônus para o Contratante;

4.2.6 – A contratada fica responsável pelo transporte de materiais, local de armazenagem, mão de obra, instalação, sem custo adicional para o Município.

4.3 – A contratada deverá efetuar a infraestrutura de postes (de forma padronizada), rede de energia elétrica até a rede de energia elétrica da concessionária. Os serviços (instalações) em sua totalidade devem seguir modelo padrão de acordo com a norma técnica ABNT, NBR5410 e NBR7117. O pagamento da energia elétrica é por conta da CONTRATADA, não havendo ônus para o CONTRATANTE.

4.4 – A contratada deverá efetuar infraestrutura de rede de internet, bem como o cabeamento até a rede principal de fornecedores do serviço. O pagamento do serviço de internet será por conta da CONTRATADA, não havendo ônus para o CONTRATANTE;

4.5 - Será de responsabilidade da CONTRATADA o conserto ou a substituição de equipamentos em caso de danos, bem como será responsável pela manutenção preventiva e corretiva de todos os itens componentes do sistema de monitoramento eletrônico a ser por ela disponibilizado sem ônus adicionais ao município;

4.6 - A contratada deverá disponibilizar ao município, contato de plantão para momentos em que houver necessidade, tanto para fins operacionais da estrutura do sistema e equipamentos, quanto para fins contábeis de faturamento;

4.7 - A CONTRATADA é responsável pelas normas de segurança durante o transporte e efetivação da entrega/instalação dos materiais, utilização de EPI's e por qualquer ônus de frete durante a efetivação da entrega dos materiais/equipamentos.

4.8 - A contratada deverá efetuar manutenções ou substituições em equipamentos de captação ou transporte de imagens em até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação;

4.9 - A contratada deverá efetuar manutenção no sistema de visualização e consulta de imagens em até 6 (seis) horas após a solicitação;

4.10 - A contratada deverá garantir que todos os pontos de captura de imagem devem possuir funcionalidades para detectar e gerar alertas para caso legítimo de adulteração da câmera ou bloqueio de imagem.

4.11 - Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo (a) responsável ao acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

4.12 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

4.13 - Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

4.14 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

4.15 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

4.16 - Ao término da instalação dos equipamentos, e estando todo o sistema em funcionamento, a CONTRATADA deverá efetuar treinamento operacional do sistema e consulta de imagens para servidores do município e à Polícia Militar, para que possam usufruir corretamente do sistema;

4.17 - O serviço de leitura de placas de veículos com LPR (do inglês "License Plate Recognition - Reconhecimento de Placas de Veículos) deverá possuir no mínimo as seguintes características:

4.17.1 - Capturar placas dos veículos, possuindo sistema óptico de reconhecimento de caracteres;

4.17.2 - Extrair localmente placas dos veículos, possuindo sistema óptico de reconhecimento de caracteres;



4.17.3 - Ser capaz de capturar os caracteres das placas de veículos nos períodos diurno e noturno;

4.17.4 - Fazer o reconhecimento de placas com base na análise do vídeo;

4.17.5 - Deverá ser capaz de reconhecer placa de veículos (placas padrão Mercosul (e países integrantes) e demais padrões de placas vigentes definidos em resoluções do Contran ou que venham a se tornar vigentes ao longo do período do contrato, nas diversas cores, tamanhos, modelos normais e refletivas) com índices de acerto de no mínimo 90% com velocidade de até 120km/h (em condições climáticas favoráveis, podendo ser menor em momentos de neblina ou chuva forte), com resultado de reconhecimento de 1 (um) segundo;

4.17.6 - Ser capaz de se integrar com soluções de terceiros, através de API ou SDK, de modo que a coleta das informações de eventos ocorra da forma mais automática possível, caso necessário;

4.17.7 - As placas reconhecidas deverão ser armazenadas em banco de dados fornecido gratuitamente pelo fabricante, juntamente com foto, data e horário, durante o período de vigência do contrato;

4.17.8 - Deve permitir a criação de listas de alertas (podendo ser a partir da importação de arquivos de texto), para placas que se deseja monitorar e verificar de imediato ao serem detectadas, emitindo aviso visual ou sonoro na tela de monitoramento;

4.17.9 - Deve possibilitar a identificação de placas de veículos por aproximação (frente) ou afastamento (atrás);

4.17.10 - Permitir a extração de dados e imagens em arquivos de texto e planilha, tais como em formato .PDF e .XLS (.XLSX);

4.17.11 - A pesquisa deve contemplar os dados completos da placa, por data e por câmera;

4.18 - A contratada deverá dispor um sistema totalmente web:

- Envio de alertas via E-mail
- Envio de alertas por telegram
- Alertas individualizado por câmeras ou grupo de câmeras
- Exportação de relatórios em pd, xlsx e csv,
- Busca por câmera
- Busca por cidade
- Busca por data e hora
- Busca parcial por caracteres,
- Rastreamento de veículos com até 12 meses
- Cadastramento de veículos individualizado,
- Mapa gráfico com busca rápida por câmera,
- Busca de veículo por câmera individualizadas ou em grupos,
- Relatório de passagens de veículos, com mapa de calor, informando quantidade e horas com maior tráfego,
- Relatório de câmeras agrupadas por grupos
- Relatório de status com data e hora do último envio para o sistema
- Exportação de relatório individualizado ou agrupado com 10000 placas.
- Auditoria de acesso, data, usuário no sistema
- Possuiu api pública para integração de sistemas de segurança
- Toda câmera adicionada no sistema, fica integrada com os alertas
- Integração com a Secretaria de Estado da Segurança Pública SC, conforme <https://api-sensores.ssp.sc.gov.br>.

4.19 - Planilha de pontos/locais/coordenadas e informações adicionais:

Pontos	Local - Ponto	Coordenada	Câmera Existente	Câmera Adicional	Observação
1	Base Policia Militar	-26.98606, -52.60415	NA	1 fixa	Instalação do link, rack e sala de vídeo monitoramento
2	BR282, em frente à Ludovico Tozzo	-26.99361, -52.61082	1 Speed Dome	1 fixa	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
3	Rua Alberto Maggioni, em frente à Rondofrio	-26.99118, -52.60938	1 Speed Dome	1 fixa	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
4	Esquina Posto de Saude do Rosa Linda	-26.99214, -52.60815	1 Speed Dome	NA	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
5	BR282, entre Moinho e Posto de Gasolina	-26.98649, -52.60529	1 Speed Dome	2 LPR	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
6	Av. Fermino Tozzo, 73, esquina Câmara Vereador	-26.98588, -52.60353	1 Speed Dome	1 fixa	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
7	Av. Fermino Tozzo, praça	-26.98413, -52.6032	NA	2 fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
8	Av. Fermino Tozzo, saída para Xaxim	-26.98298, -52.59881	NA	1 Speed e 1 LPR	Poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
9	R. Patrício Dal Santo, esquina Mec. Prime	-26.98719, -52.60159	1 Speed Dome	1 Fixa	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
10	R. Angelo Gabriel, próx. Garagem máquinas	-26.99028, -52.59819	1 Speed Dome	1 Fixa	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
11	Prox. Granja Dal Santo	-26.99643, -52.59966	1 Speed Dome	NA	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
12	R. Paulo Marccone, 72	-26.98607, -52.60243	1 Speed Dome	NA	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
13	R. Célso Tozzo, esquina	-26.98473, -52.60329	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia



	prefeitura				elétrica
14	R. Célso Tozzo, 257,	-26.98452, -52.6009	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
15	R. Alberto Maggioni, praça	-26.9871, -52.60756	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
16	Av. Fermino Tozzo 283, próx. Cresol	-26.98663, -52.60332	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
17	Rua Alberto Maggioni, esquina creche	-26.98871, -52.61029	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
18	R. Alberto Tressoldi, 87	-26.9921, -52.60917	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
19	Rua Virginia Zardo, esquina, Rosa Linda	-26.99538, -52.60851	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
20	Rua Virginia Zardo, esquina com rua da Nilo	-26.99601, -52.60356	NA	1 Fixa 1 LPR	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
21	Interior, L. Bento, próx. Ao Zanardi	-26.97741, -52.62209	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
22	Igreja Linha Bento G.	-26.97497, -52.62563	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
23	Escola Alceu Mazzioni	-26.97047, -52.62964	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
24	Interior (Vila Vaz)	-26.95523, -52.6478	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
25	Cemitério Fernando M.	-26.94808, -52.66735	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
26	SC 157, saída Fernando M. à Coronel Freitas	-26.94406, -52.6747	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
27	Rua 7 de Setembro, esquina Rua Chapecó	-26.94646, -52.67139	NA	1 Fixa 1 LPR	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
28	Rua 7 de Setembro, esquina escola/igreja	-26.94823, -52.673	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica



29	Rua 7 de Setembro, SC-157, entrada distrito	-26.94998, -52.67434	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
30	ETA ZARDO - Interior	-26.99134, -52.65172	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
31	Mirante do Trevo, quase final av. principal	-26.99446, -52.64109	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
32	Mirante do Trevo, depois da Safrio	-26.994827, -52.644303	NA	1 LPR	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
33	Linha Dianista, esquina da Escolinha	-26.965449, -52.676103	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
34	Linha Dianista, entre Giordani e Atuati	-26.985781, -52.686563	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
35	SC-157, próximo à Madeireira Tecchio	-26.942024, -52.677754	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
36	Residencial Cohab - entrada do bairro	-26.989839, -52.597081	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
37	Residencial Cohab, final do bairro	-26.990429, -52.593218	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
38	Campina do Gregório, em frente ao campo	-26.980763, -52.635014	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
39	Residencial Coqueiros	-27.029578, -52.612580	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
Total câmeras além das existentes (do município)			Postes, internet e energia elétrica		
49 fixas			Postes: verificar a necessidade de cada local		
6 LPR			Energia elétrica: verificar a necessidade de cada local		
1 SPEED			Internet: verificar a necessidade de cada local		

4.20 - DA APROVAÇÃO - Após transcorrida as fases de habilitação (análise dos documentos e qualificação da licitante) e da proposta comercial, e antes da homologação do objeto da licitação, através de mensagem no sistema eletrônico e/ou por e-mail, a empresa será convocada para Prova de Conceito, na qual

deverá apresentar e demonstrar a tecnologia ofertada, de forma unicamente **presencial**, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados a partir do dia seguinte ao envio do e- mail/aviso. A contratada deverá comparecer no horário e local marcado com tolerância máxima de 1 (uma) hora de atraso do horário marcado, sob pena de desclassificação sumária da proposta. A contratada deverá comprovar os requisitos obrigatórios descritos no item 3 e seus subitens do termo de referência do Anexo “A”. Se farão presentes, para acompanhar a apresentação e demonstração, representantes da Polícia Civil, Polícia Militar, Conseg e Diretor do Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação, que farão um termo de aceite/aprovação do sistema apresentado pela Contratada. Local e horário serão repassados juntamente com o aviso/e-mail.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento, conforme solicitação, no prazo de até 30 dias após a entrega do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do objeto deste edital correrão a cargo da dotação: (Projeto Atividade 2.004 – Elemento 3.3.90 – Despesa 22 prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2023.)

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1– A contratada deverá fornecer garantia de qualidade e excelente estado dos materiais entregues conforme termo de referência, sendo que os prazos serão contados a partir da data de recebimento definitivo do objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.10.1. O valor da multa será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

8.10.2. Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

8.10.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1 - São obrigações da Contratante:

9.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.1.7 - A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

9.2 – São obrigações da contratada:

9.2.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2.1.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.2.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.2.3 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.2.4 - Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA DÉCIMA – CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor, secretário Rudimar Marafon, que atuara como representante institucional nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

10.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da

Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão para Registro de Preço e a proposta da empresa acima relacionada.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

11.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 12 de junho de 2023

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

SIF - SOLUCOES INTEGRADAS EM TECNOLOGIA E SERVICOS
TERCEIRIZADOS LTDA
CNPJ nº 33.189.362/0001-21
Leandro Matos Furtado Silveira
Contratada

Testemunhas:

Angelita Gabriel
CPF: ***.893.109-**

Laura Muniz da Silva
CPF: ***241.889**